

A TRADUÇÃO E A SOCIOLINGÜÍSTICA:
REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A TRADUÇÃO DIALETAL

Maristela Cury SARIAN*
maristelasarian@gmail.com

A TRADUÇÃO E A SOCIOLINGÜÍSTICA: REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A TRADUÇÃO DIALETAL

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discorrer a respeito da relação tradução/sociolingüística, a fim de apresentar diferentes concepções de tradução dialetal e, conseqüentemente, analisar a forma pela qual os diferentes problemas e implicações decorrentes do emprego do dialeto em textos literários são tratados.

PALAVRAS-CHAVE

Tradução; sociolingüística; perspectivas teóricas.

TRANSLATION AND SOCIOLINGUISTICS: THEORETICAL CONSIDERATIONS ON TRANSLATING DIALECTS

ABSTRACT

The aim of this paper is to establish a connection between translation and Sociolinguistics to underpin examination of theoretical concepts on dialect translation, describing how different theoretical perspectives deal with problems and implications regarding the use of dialect in literary texts.

KEYWORDS

Translation; Sociolinguistics; theoretical perspectives

1. Tradução e sociolingüística: a construção de uma ponte
Conjugar tradução e sociolingüística é o enfoque deste artigo,¹ em que tenho por objetivo apresentar uma análise sobre a reflexão teórica acerca da tradução dialetal, enfatizando questões lingüísticas e da pós-modernidade que envolvem o emprego de dialeto na literatura traduzida.

Os estudos de cunho sociolingüístico constituem um paradigma de estudo bastante consolidado há uma longa data, tanto no âmbito internacional quanto nacional. Devido a esse prestígio cultivado desde as primeiras pesquisas de William Labov até os dias atuais, a literatura da área é bastante profícua e extensa. Por outro lado, no que diz respeito à relação tradução e sociolingüística, observa-se que, apesar deste tema ser bastante amplo e complexo, não tem sido alvo de muitos trabalhos, principalmente, no Brasil.

Embora a pesquisa em tradução seja, de modo geral, um tanto recente em nosso país, os estudos que se dedicam à análise da questão da tradução de dialeto são de número relativamente pequeno quando comparados a outras áreas dos Estudos da Tradução. A relevância da questão merece mais dedicação da academia, no sentido de construir uma ponte entre os estudos da tradução e a sociolingüística.

A pertinência da investigação sobre a tradução e a sociolingüística é levantada nos trabalhos de Maria Cecília Mollica (1993) e de Pedro Garcez (1999), em que chamam a atenção para a relevância de se estabelecer uma relação entre as duas áreas. Para a teórica, a contribuição que a sociolingüística poderia dar à tradução seria de importância capital, pois, "como entender os estudos de tradução sem se levarem em conta as variedades lingüísticas, a possível influência lingüística do tradutor sobre a obra?" (MOLLIKA, 1993, p.108).

Para Garcez, o conhecimento sociolingüístico do tradutor, evidenciado pelas "questões relativas à diversidade lingüística e ao seu lugar no mundo como recurso comunicativo têm implicações amplas, profundas e mútuas para a prática do ato tradutório" (GARCEZ, 1999, p.69). Isso conscientizaria o tradutor dos "recursos e possibilidades", como também das

...balizas e inibições que a diversidade lingüística intrínseca ao uso da linguagem coloca diante dele, não porque deva reproduzir toda e qualquer de suas ocorrências, mas porque deve levá-las em conta em sua tomada de decisões, até mesmo se sua intenção for a de transgredir o texto de partida (GARCEZ, 1999, p.68).

As pesquisas no Brasil que conjugam sociolingüística e literatura têm seu ponto de partida com o trabalho de Dino Preti, em seu artigo intitulado "Para um aproveitamento sociolingüístico do texto literário", datado de 1983, em que o autor ressalta a relevância de se conjugar sociolingüística e literatura. Embora o teórico não trate especificamente de tradução, sua perspectiva de análise abre caminhos para o estabelecimento de uma sociolingüística do texto literário traduzido. Expande-se, assim, a proposta de uma sociolingüística do texto literário para uma sociolingüística do texto literário traduzido.

E é nesse espaço que se insere este artigo, a fim de levantar alguns pontos relativos à questão sociolingüística e tradução. Para tanto, tomo conceitos advindos de trabalhos de teóricos de linhas diversas, com o intuito de delinear um quadro sobre a tradução de dialetos, tratados no item a seguir.

1. Para uma análise mais aprofundada sobre a questão, ver Sarilan (2002), em que a autora faz uma análise sociolingüística do texto literário a partir do romance *The Color Purple* (1982), da afro-americana Alice Walker, e de sua

de equivalentes. Essa concepção "problemática" da tradução de dialetos faz com que o teórico sistematize como o tradutor poderia proceder a fim de traduzi-los, conforme demonstra a citação a seguir:

Textos do dialeto não marcado da LF podem ser habitualmente traduzidos num dialeto equivalente não marcado da LM. Quando a LM não tem dialeto equivalente não marcado, o tradutor pode ter que escolher um dialeto particular da LM, criar um novo dialeto 'literário' da LM, ou valer-se de outros expedientes (p.97).

Nesse trecho, Catford refere-se especificamente à tradução de dialeto na literatura, em que "para a maioria das principais línguas há um dialeto 'padrão' ou 'literário', que se pode considerar como não marcado" (p.97). O autor afirma que "muitas línguas têm um dialeto 'padrão' ou 'literário'", que "apresenta pouca variação (pelo menos na sua forma escrita) de uma localidade para outra" (p.96). Essa ausência de diferenças estâncias o caracterizaria como não marcado. A ausência de equivalentes "marcados" nas línguas em confronto seria também um problema para a tradução, pois "quando um texto da LF contém passos em outro dialeto que não o dialeto não marcado (por exemplo, no diálogo em romances), o tradutor pode ter que escolher um dialeto equivalente da LM" (p.98).

Apesar de o autor defender e definir a tradução como equivalência, a citação acima abre espaço para uma concepção de tradução menos sistemática, uma vez que, ao se deparar com uma situação como a descrita por Catford, o tradutor poderia criar um "novo dialeto 'literário'", bem como lançar mão de "outros expedientes", que estariam fora do âmbito da equivalência. Catford, porém, não se detém nessas questões, visto que não especifica quais seriam as possibilidades que o tradutor poderia recorrer, nem prossegue uma discussão a esse respeito.

Ao tratar da tradução dos dialetos geográficos, Catford sugere a "escolha de um dialeto geográfico equivalente da LM", ou seja, "de um dialeto relacionado com a 'mesma região do país' num sentido geográfico" (p.98). O teórico ressalta o critério geográfico humano e social como sendo mais relevante que a geografia espacial, chamando a atenção para geografia humana: "À geografia dizem respeito mais que topografia e coordenadas espaciais, e a geografia humana é mais relevante aqui do que a simples localização" (p.98), o que conferiria à questão sociogeográfica o traço de situação essencial para o estabelecimento da equivalência.

Em relação à tradução de dialetos temporais, o autor afirma que esse tipo de tradução "levanta o problema de saber se, e como, o tradutor deverá procurar escolher um texto arcaico equivalente na LM" (p.99). O autor adverte que, nesse caso, como também em relação aos dialetos geográficos, "equivalência de absoluta localização no tempo normalmente não é possível nem desejável" (p.99). Apesar de Catford reconhecer, nesse tipo de tradução, a impossibilidade de se encontrar equivalente, comenta que o uso de determinados traços que marcariam, na tradução, um éat de língua levemente arcaico, constituiria, até certo ponto, um equivalente de tradução do dialeto temporal da LF, o que asseguraria e tornaria possível a equivalência desse dialeto. Ao abrir a possibilidade para a o tradutor

2. A tradução dialetal: perspectivas de análise, conceitos e implicações

No contexto dos estudos da tradução dialetal, têm-se abordagens bastante diversas, tanto em relação ao modo pelo qual a questão da tradução dialetal é abordada, mas também no que diz respeito ao modo pelo qual se constrói a relação dos autores com o objeto que estudam. Neste trabalho, privilegio duas grandes vertentes de análise: uma, de cunho lingüístico, aqui representada por autores como John Catford (1980), Stella Maris Bortoni (1981) e Fernando Tarallo (1984); outra, de cunho pós-estruturalista, com a contribuição de autores como Rosemary Arrojo (1992, 1993), Gillian Lane-Mercier (1997), Kanavillil Rajagopalan (2000) comprometidos com a tradução na pós-modernidade. Neste artigo, as diferentes visões serão tratadas a seguir, nos itens 2.1 e 2.2.

2.1 A visão lingüística da tradução dialetal

Catford, Bortoni e Tarallo inscrevem-se na tradição lingüística do pensamento sobre tradução, uma vez que a teoria proposta por Catford subordina-se à lingüística contrastiva e os trabalhos desenvolvidos por Bortoni e Tarallo relacionam-se à sociolingüística. Os autores partem de diferentes concepções de ligação e de tradução para o estabelecimento de seus pontos de vista, embora se observe que suas reflexões convergem para um ponto em comum, ou seja, para a noção de tradução como equivalência.

No que toca a Catford (1980), o autor define a tradução como "a substituição de material textual numa língua (LF) [língua fonte] por material textual equivalente noutra língua (LM) [língua meta]" (p.22). O termo equivalente, para o autor, é tomado como "sem dúvida, uma palavra chave", uma vez que "o problema central em prática de tradução consiste em encontrar equivalentes de tradução da LM", cabendo à teoria da tradução "definir a natureza e as condições dessa equivalência" (p.23). Embora o autor explicita sua concepção de tradução como equivalência, não define o termo que centraliza sua proposta teórica.²

Em relação à tradução de variantes, o autor também toma a equivalência como ponto central, valendo-se da noção de equivalência como dependente "da relação dos textos da LF e da LM com a 'mesma' substância" (p.98). A variante de uma língua é definida como "um subconjunto de traços formais e/ou substantiais que corresponde a um tipo particular de traço sócio-situacional" (p.94).

No que se refere especificamente à tradução de variantes, o autor visa a explicar como o tradutor poderia proceder ao traduzir dialetos, dialetos, registros e estilos. Neste trabalho, centro-me na proposta do autor referente à tradução de dialetos, registros e estilos.

Em relação à tradução do dialeto, Catford afirma que "os dialetos podem apresentar problemas de tradução" (p.97), que residem, principalmente, na ausência

2. Para um maior aprofundamento sobre a questão da equivalência proposta por Catford, ver Rodrigues (2000), em que se observa que a preocupação do autor seria "especificar um de seus tipos em particular, a 'equivalência textual'".

escolher um dialeto que desse um "tom" arcaico ao texto, Catford também ameniza o rigor da sistematicidade de sua proposta. No entanto, o que prevalece da teoria do autor é seu comprometimento com a busca da equivalência.

Após tratar da tradução de dialetos, o autor passa a tratar da tradução de registro e de estilo. Definidos como "variantes de língua relacionadas com a situação imediata da elocução" (p.100), Catford salienta que, na tradução do registro, "se a LM não tem um registro equivalente, pode resultar a impossibilidade de tradução" (p.100). Já no que toca ao estilo, "a possibilidade de tradução depende da existência de um estilo equivalente na LM" (p.101), assim como no caso dos registros. O autor chama atenção para a natureza dos marcadores de registro, que seriam lexicais e gramaticais, ao passo que os marcadores de estilo seriam de natureza lexical, gramatical e fonológica. Para o teórico, a ausência de marcadores equivalentes nos registros e nos estilos tornaria a tradução impossível, já que a possibilidade ou não de um texto ser traduzido depende da existência de equivalentes. Apesar disso, Catford alerta para o fato de que "a equivalência de tradução deve estabelecer-se entre as variantes como tais, e os marcadores específicos podem ser muito diferentes nos textos da LF e da LM" (p.101). Por fim, esclarece que "a equivalência baseia-se, em última análise, em similaridades de substância de situação: apenas, [sic] os que são estilisticamente relevantes em uma língua podem não o ser em outra" (p.101), pois "duas línguas podem possuir um conjunto de estilos vagamente correspondentes; mas fatores culturais podem ditar o uso de um estilo não correspondente como equivalente de tradução" (p.102).

Na visão de Catford, a lingüística serviria como suporte para a sistematização da possibilidade tradutória, refletindo o desejo por uma sistematicidade lingüística que regulasse o trabalho do tradutor. Além disso, a tradução seria somente possível quando satisfeitas as exigências de forma e de substância das línguas. Assim, a variação sociolingüística constituiria um obstáculo para a tradução quando não satisfeitas essas exigências, podendo gerar a impossibilidade da tradução quando o "traço" a ser traduzido fosse "relevante" para o texto.

Ao declarar a tradução como substituição de material textual de uma língua para outra, o teórico concebe o processo tradutório como um ato de substituição capaz de assegurar a recuperação dos "mesmos" significados do texto original, bem como a preservação de sentidos "presentes" no texto da língua de partida. Pela ótica da reflexão desencadeada pela pós-modernidade, a busca incessante pela sistematização da tradução é vista como uma tentativa ingênua, pois conforme afirma Rosemary Arrojo (1992), "nenhuma operação lingüística parece tão avessa a qualquer tentativa de sistematização como a tradução mais simples e despreziosa" (p.78). A proposta do autor abriria caminhos para uma concepção de tradução que esperaria a recuperação de significados neutros e estáveis no texto traduzido, e negaria a tradução como produto de um sujeito interpretante que constrói seu objeto de acordo com interesses, circunstâncias e objetivos diversos, o que contribui para desvalorizar a figura do tradutor enquanto sujeito do processo tradutório e, conseqüentemente, sua invisibilidade na sociedade, já que sua tarefa consiste em apenas reproduzir o que já foi elaborado por outro

Porém, em alguns momentos de sua reflexão, o autor toca em questões bastante pertinentes para a reflexão da tradução dialetal, embora não dispense maior atenção sobre elas, conforme já dito.

Embora esse trabalho não considere a impossibilidade da tradução do dialeto, há de se reconhecer que a tradução dialetal constitui um problema de tradução, devido às particularidades dos dialetos nos planos lingüístico, social e cultural. No entanto, esses problemas não devem ser encarados como barreiras intransponíveis, que resultariam na impossibilidade tradutória, mas como elementos que entram em jogo em uma tradução, devendo, por isso, ser solucionados no quadro de uma tradução específica.

A noção de tradução como equivalência também se encontra presente no estudo desenvolvido por Bortoni (1981). O trabalho da autora procura estabelecer uma relação entre a sociolingüística e a tradução tomando a sociolingüística interacional como parâmetro. As reflexões de Bortoni enfatizam que a descrição do significado social de fenômenos lingüísticos seria crucial no momento em que duas línguas confrontam-se com o objetivo de serem traduzidas. De acordo com a autora, "a constatação de que a função interacional pode condicionar a natureza da forma lingüística é ainda mais relevante no caso de estudos contrastivos entre dois sistemas lingüísticos, dentre os quais destacamos a teoria da tradução" (p.53). A autora parte do princípio de que as línguas envolvidas no processo tradutório "são condicionadas por normas sociais sujeitas a grandes variações interculturais", cujo estudo do condicionamento propiciaria "contribuição relevante à teoria da tradução" (p.53).

A autora parte da questão da tradução do *code switching* no texto literário, ou seja, da mudança de código, fenômeno de grande interesse para a sociolingüística interacional, para demonstrar a pertinência da relação entre a sociolingüística e a tradução. Bortoni apóia-se nas pesquisas sobre o *code switching* empreendidas por Gumperz (1976, apud Bortoni, 1981, p.56), Blom e Gumperz (1972, apud Bortoni, 1981, p.56), Fishman (1972, apud Bortoni, 1981, p.56) e Ervin Tripp (1972, apud Bortoni, p.56) para argumentar que "os falantes alternam línguas ou dialetos diferentes em função de fatores como participantes, local e tópico, de uma maneira sistemática e predizível, que segue um condicionamento social" (p.56). Apesar da relevância do fenômeno da mudança de código para a tradução, a autora ressalta que tal fenômeno suscitaria, ao mesmo tempo, grande interesse para a sociolingüística como também geraria, no mínimo, três problemas de tradução.

O primeiro, de significado social, refere-se à diferença de prestígio entre o dialeto da língua de partida e o da língua de chegada, pois o prestígio dos dialetos geográficos e sociais é variável, dependente de cada comunidade de fala. A autora ressalta que caberia ao tradutor ter esse conhecimento sociolingüístico, pois, "desconhecendo esses fatos, o tradutor poderá tomar uma decisão arbitrária ao traduzir a variedade não-padrão do original por outra, na língua-alvo, que não seja equivalente quanto ao significado social" (p.56).

O segundo problema refere-se à função metafórica da mudança de código. Ao afirmar que o processo da mudança de código teria um valor semântico inter-

pretável na matriz do comportamento de comunicação da comunidade, para a autora, a tradução deveria "reproduzir com fidelidade as estratégias que implementam a função metafórica da mudança de código a fim de que não se perca sua força elocucionária [sic] que é parte da informação semântico-pragmática do discurso" (p.57), sugerindo que a mensagem "contida" em cada interação deveria ser "reproduzida" na tradução.

Como terceiro problema, a autora destaca as diferenças entre os dialetos nos planos da fonologia e da morfossintaxe. Ao estabelecer uma relação do que ocorre na língua inglesa, cujas diferenças dialetais se situariam mais no nível fonológico, enquanto no português as diferenças se dariam mais no nível morfossintático, Bortoni sugere que o tradutor deveria decidir se incluiria traços morfossintáticos e lexicais no dialeto ou se estaria limitado aos desvios no nível fonológico, conferindo ao tradutor um papel ativo no processo tradutório. No entanto, a decisão do tradutor é dificultada, na visão da autora, pelo fato de que "os dialetos brasileiros não estão devidamente descritos como acontece com os dialetos do inglês" (p.58).

As concepções de Bortoni são retomadas no trabalho de Tarallo (1984), que se apóia nas concepções da sociolinguista para salientar a relevância da conjunção sociolinguística/tradução, procurando "fotografar o fenômeno do ato tradutório com lentes sociolinguísticas" (p.91). O autor trabalha com duas hipóteses acerca da tradução de variantes. A primeira hipótese, "devidamente comprovada" (p.92), concerne à noção de tradução como equivalência: "o ato tradutório coloca-se no plano da equivalência; o processo de fazer equivalerem dois sistemas linguísticos diferentes de maneira a se incorrer o mínimo de perda de informação" (p.92). A segunda hipótese refere-se à equivalência sociolinguística e é, de acordo com o autor, "um reflexo da teoria social da linguagem, ou sociolinguística" (p.92). Tarallo ressalta que a equivalência manifesta-se "de modo variável, e não de maneira categórica, ou obrigatória" (p.92), salientando, ainda, que esta segunda hipótese traz duas consequências não só à teoria, mas também à prática da tradução:

De um lado tem-se a variação dentro de cada um dos dois sistemas linguísticos, o de partida e o de chegada, o descodificado e o recodificado, o desmontado e o remontado; de outro, tem-se a variação linguística atuando no momento do transporte, no momento da tentativa de equivalência dos dois sistemas. (p.92)

Para Tarallo, a problemática referente à tradução de variantes centra-se na seguinte questão: "como de(s)codificar variantes linguísticas de um sistema e transportá-las para outro que, não necessariamente, apresente as mesmas variantes dentro do mesmo escopo gramatical?" (p.93). Para solucionar esse impasse, Tarallo chama atenção para o caráter variável da equivalência, que se baseia no que estaria sendo "transportado", manifestando-se de maneira diversa. Nas palavras do autor, "a equivalência sociolinguística, e a tentativa de seu estabelecimento e efetivação, compreenderão, portanto, regras linguísticas de natureza diversa: fonológicas, morfo-fonológicas, sintáticas, semânticas e lexicais" (p.93).

Essa problemática se acentuaria quando a variante a ser traduzida se tratasse de uma variedade não-padrão. Nas palavras do autor, "o problema torna-se ainda mais complexo quando variantes não-padrão são transportadas de um para outro sistema linguístico" (p.101). Ainda de acordo com Tarallo,

...na tentativa de se fazer equivaler uma variante sociolinguística não-padrão, da língua de partida para a língua de chegada, nem sempre o transporte poder ser resolvido dentro do mesmo limite gramatical, isto é: os componentes gramaticais freqüentemente se cruzarão, cabendo ao apuro intelectual e a sensibilidade sociolinguística do tradutor não tentar resolver tal tipo de situação unicamente através do léxico, ou em última instância, das famosas "notas de tradutor". (p.101)

Os parâmetros sociolinguísticos da tradução estabelecidos por Tarallo baseiam-se na noção de transporte, relativos à tradução inter-lingual. Percebe-se que essa noção revela um dos pontos centrais da concepção de tradução do autor, para quem a "equivalência sociolinguística reforça-se em importância e pertinência" (p.101), principalmente porque a "tradução é considerada a partir daquilo que ela tem de mais tradicional enquanto teoria e prática: o transporte de um sistema linguístico para outro" (p.101). Nesse processo da tradução inter-lingual, Tarallo afirma que "o texto de partida solicita ao seu tradutor cuidados especiais no processo de equivalência no texto de chegada" (p.101), pois o tradutor tem de "sentir o texto de partida / em sua totalidade de contextualização e co-textualização" (p.101).

As relações de "contextualização" referem-se ao modo pelo qual as variantes se encaixam dentro do próprio sistema gramatical, as de "co-textualização" relacionam-se ao campo discursivo. Esses elementos contextuais e co-textuais se associam, de acordo com o autor, à estilística. Há, desta forma, uma relação de adequação entre forma e conteúdo, estabelecendo uma relação entre estilo e gramática:

A consideração dos elementos contextuais e co-textuais como essenciais à MONTAGEM/produção e DESMONTAGEM/percepção do texto da língua de partida, e consequentemente à REMONTAGEM destes mesmos elementos na língua de chegada, remetem à estilística/o estilo para dentro do próprio sistema gramatical. (p.102)

Para Tarallo, o estilo "passa a ser um dos possíveis COMOs de se dizer O QUE, i.e. o texto invoca ou despoja-se de maior ou menor significação a partir de seu próprio conteúdo e, sobretudo, a partir da forma por que se veicula tal conteúdo" (p.102).

O autor ressalta que, no momento da produção de um texto, entram em jogo vários elementos que, conjugados, consistem em suas condições de produção: "fundem-se conteúdo (carga semântica de informação do texto), forma (elementos intrínsecos à língua) e forma linguística (moldagem co-textual)" (p.103). Na "remontagem" desses elementos na língua de chegada, o tradutor desempenha um papel fundamental, pois é este o "elemento causativo da ação", cabendo a ele

"a tarefa de equivaler/fazer equivalerem sistemas lingüísticos diferentes" (p.92). Além disso, esse tradutor deve ter uma percepção "aguçada ao extremo para que o retrato seja, ao menos, fiel à carga semântica do texto inicial" (p.103). Ainda nas palavras do autor,

no momento do transporte de um sistema lingüístico para outro, este entendimento da PRODUÇÃO do texto é analisado através da PERCEPÇÃO do tradutor, a fim de que MONTAGEM e DESMONTAGEM do texto da língua de partida acarretem uma REMONTAGEM fiel na língua de chegada, tal qual a pretende a teoria da tradução das equivalências, das probabilidades. (p.103)

Tarallo também alerta para a dificuldade de se traduzir determinados registros, definidos pelo autor como o "ajustamento entre contexto e co-texto" (p.103). O autor defende que o grau de traduzibilidade varia de acordo com o tipo de registro empregado e, nesse quadro, o autor argumenta que determinados registros são mais "susceptíveis" ao transporte, já que outros são mais difíceis de serem "remontados" em outros sistemas lingüísticos. As soluções para essa questão estariam nas relações estabelecidas entre o contexto e o co-texto, como também nas relações estabelecidas entre registro e transporte, mas haveria dificuldade de "fazer equivaler tal variedade intra-lingual na língua de chegada" (p.103).

Bortoni e Tarallo analisam a questão da tradução dialetal do ponto de vista da sociolingüística, reconhecendo as diferenças entre as línguas nos planos social, cultural e lingüístico. Buscam uma associação entre a sociolingüística e a tradução defendendo o estabelecimento da equivalência. As preocupações dos autores incidem, ainda, sobre os problemas e dificuldades apresentados pela tradução de variantes, procurando conscientizar o tradutor da importância de se ter um bom conhecimento sociolingüístico, que serviria como suporte para alertá-lo para as peculiaridades de cada sistema lingüístico, auxiliá-lo em suas escolhas, bem como para conscientizá-lo sobre os aspectos culturais e sociais das línguas em conflito no ato tradutório. Porém, na proposta dos sociolingüistas, essa conscientização se dá pela necessidade do estabelecimento da equivalência, ainda que, como Catford, não a definam.

As questões levantadas sobre a problemática da tradução de dialetos tomam, no item a seguir, outra dimensão, tratada pela ótica de pesquisadores e tradutores cujas preocupações incidem sobre as implicações do uso do dialeto na literatura traduzida.

2.3 A visão pós-estruturalista da tradução dialetal

As teorias da tradução de cunho pós-estruturalistas redimensionam as questões tratadas pela vertente tradicional de tradução, uma vez que partem do princípio de que o processo de tradução é definido como uma leitura produtora de significados, marcada pela presença do tradutor e produto de uma visão estética, política e ideológica. Dessa forma, introduzem-se questões relativas ao comprometimento autoral com fatores ideológicos e políticos, aspectos que não são tra-

Nessa concepção, para Lane-Mercier (1997, p.44):

...o processo de tradução não produz apenas significado semântico, mas também significados estéticos, ideológicos e políticos. Tais significados indicam, entre outras coisas, a posição do tradutor na estratificação sócio-ideológica de seu contexto cultural, valores, crenças, imagens e atitudes que circundam este contexto. Indicam, ainda, a interpretação do tradutor do texto de partida, seu comprometimento estético, ideológico e político e as possibilidades interpretativas proporcionadas aos leitores da língua de chegada por meio das estratégias e decisões do tradutor (p.44).

Para Lane-Mercier (1997), o processo da tradução é definido por um "engajamento que requer uma 'violenta' produção de significados estéticos, ideológicos e políticos por parte do tradutor" (p.45). Assim, a tradução de dialetos seria uma atividade também "violenta", orientada para um certo fim e determinada discursivamente. O tradutor produziria significados comprometidos para com normas e valores socialmente impostos, revelando seu comprometimento e responsabilidade na produção de sentidos para com a cultura produtora do original, como também para com o contexto e com os leitores da língua para a qual se traduz. Nas palavras de Lane-Mercier:

Os socioleto³ literários cristalizam os problemas e as contradições pertinentes à tradução definida como uma atividade discursiva político-cultural que necessariamente comete uma "violência" em relação ao texto fonte, reescrevendo-o contra ou de acordo com os valores da cultura de chegada por meio de diversas estratégias manipuladoras de produção de significado. (p.56).

Para a reflexão desencadeada pela pós-modernidade, a violência é inerente ao processo tradutório, constituindo-se como, nas palavras de Kanavillil Rajagopalan (2000), "um dos próprios traços definidores da tradução" (p.124). Partindo-se do pressuposto de que o tradutor produz significados e de que há no texto traduzido sua inevitável presença, essa presença é marcada por uma apropriação, que se processaria mediante um ato de violência. De acordo com Arrojo:

Alguns formas de violência, alguma forma de parricídio é inerente à atividade do tradutor que, como qualquer leitor, inevitavelmente ocupa o lugar autoral no momento de acionar sua produção de significados a partir do texto do outro [...]. Se, no processo de tradução, o tradutor, ou tradutora, tem que necessariamente tomar o lugar do autor e se apossar de seu texto para que esse possa sobreviver

3. De acordo com Annick Chapdelaine & Gillian Lane-Mercier (1994), o termo socioleto seria de "uso recente" e designaria, em sociolingüística, "toda linguagem própria a um (sub)grupo social determinado" (p.7). Já o conceito de dialeto "fundase sobre critérios mais especificamente geográficos" (p.7). Porém, apesar de essas autoras fazerem uma distinção entre socioleto e dialeto, reconhecem que há uma relação entre eles, uma vez que concebem o socioleto "como um termo genérico que recobriria aqueles [dialeto, idioleto, tecnoleto] mais específicos, pois fundados sobre um conjunto mais restrito de parâmetros", enquanto o termo dialeto abrangeria "as determinações geográficas [que] implicam, em geral, determinações sócio-culturais" (CHAPDELAINE, LANE-MERCIER, 1994, p.8). Conservo a terminologia utilizada no trabalho dos autores; porém, optei por utilizar, em meu texto, o termo dialeto, baseando-me na definição de Brandão (1991, p.13): "qualquer variedade lingüística - quer de natureza geográfica, quer de natureza social - que constitua um sub-sistema singular variável".

em outra língua, não há como eliminar esse momento de usurpação e conquista, que a reflexão desconstrutivista flagra e desmascara. (1993, p. 82).

No que concerne a reflexão teórica relativa à tradução de socioletos, Lane-Mercier (op.cit.) reconhece que a literatura acerca da tradução dialetal é um terreno bastante propício para concepções que pregam a impossibilidade tradutória. De acordo com a autora, muitos tradutores acreditam que "os socioletos literários re-presentam, na pior das hipóteses, uma zona bem definida de intraduzibilidade e, na melhor das hipóteses, um componente textual opaco e resistente cuja tradução está repleta de um número incalculável de perdas e ganhos de significados" (p.49). Ao tocar na questão relativa à dicotomia traduzível versus intraduzível, que assume, na reflexão tradicional, posições polarizadoras e inflexíveis, Lane-Mercier ressalta que tais dicotomias, inerentes ao ato tradutório, instauram-se no quadro de uma tradução específica, sendo definidas num determinado contexto, e não de maneira independente de qualquer perspectiva:

A dicotomia traduzível versus intraduzível, juntamente com outras numerosas dicotomias que esta controla, são inscritas no processo de tradução, no qual devem ser re-conceitualizadas como estratégias historicamente determinadas, que recebem seu valor negativo e ou positivo no contexto de uma tradução específica. (id., p.57)

Lane-Mercier critica também a dicotomia proposta por Lawrence Venuti (1986) acerca da invisibilidade e da visibilidade do tradutor, trazendo essa reflexão para o âmbito da tradução dialetal. A respeito das duas estratégias de tradução concebidas pelo autor, a estratégia fluente e a estratégia estrangeirizadora, que garantiriam, respectivamente, a invisibilidade e a visibilidade do tradutor, Lane-Mercier argumenta, em relação à estratégia de fluência, que um tradutor

...que substitui todas as particularidades dos socioletos do original com construções lingüísticas padronizadas, por exemplo, adota, nos termos de Venuti, uma estratégia fluente, que é essencialmente domesticadora, pois codifica abertamente o socioleto traduzido para os valores da língua de chegada, apresentando, desse modo, um nível extremamente alto de legibilidade e de aceitabilidade. (p.58)

Já no que diz respeito à "estratégia estrangeirizadora", Lane-Mercier aponta que:

Um tradutor que se empenha em manter as especificidades lingüísticas e culturais dos socioletos do texto-fonte, utilizando estratégias de tradução precisas (uso de anacronismos, desvios ou formas marginais de gramática e de construções lógicas, destaque da heterogeneidade cultural, da ambivalência ou de continuidades discursivas) [...] adota uma estratégia de resistência, que pode ser vista como estrangeirizadora, pois vai claramente contra valores estéticos e ideológicos dominantes da língua de chegada (fluência e transparência); esta respeita a diferença do texto fonte, apresentando, dessa forma, um grau extremamente alto de não-legibilidade e de não-aceitabilidade. (p.58)

sibilidade de se atribuir apenas a uma das duas estratégias, no caso, a estrangeirizadora, a presença do tradutor, salientando que "ambas as estratégias revelam a presença do sujeito que traduz" (p.58). O ponto de vista da autora defende que "a dicotomia invisibilidade versus visibilidade de Venuti tem limitada viabilidade teórica, não só no que se refere aos socioletos literários, mas também ao processo de tradução como um todo" (p.58). Para a autora, Venuti estaria atribuindo "um valor negativo para a invisibilidade e um valor positivo para a visibilidade" (p.58).

Venuti (1992), no entanto, aponta uma questão bastante pertinente em relação à linguagem da tradução, enfocando a questão da padronização lingüística sob a ótica da política editorial. De acordo com o autor, a "estratégia de fluência", promovida pelo mercado editorial norte-americano, seria caracterizada pelo emprego de "sintaxe linear, sentido único ou ambigüidade controlada, uso corrente, consistência lingüística, ritmos conversacionais" e evitaria:

Construções não idiomáticas, polissemia, arcaísmo, jargão, mudanças bruscas de tom ou dicação, regularidade rítmica pronunciada ou repetições de sons - qualquer efeito textual, qualquer jogo de significado que chamem atenção para a materialidade da linguagem, para palavras enquanto palavras, para sua opacidade, resistência a resposta empática e domínio interpretativo (p.4).

Para o autor, subjaz a essa "estratégia de fluência, [que] apaga as diferenças lingüísticas e culturais do texto estrangeiro" (p.5), uma ideologia comprometida com dois valores burgueses, "o consumismo e o individualismo" (1986, p.188), pois, quanto mais fluente a tradução, mais fácil sua leitura, o que favorece o aumento das vendas. No que concerne especificamente à questão lingüística, Venuti (2001) alerta que a predominância de uma linguagem em consonância com a norma também refletiria a posição privilegiada que determinadas formas adquiririam em uma sociedade, que estariam ligadas, principalmente, a instâncias de poder:

Ao circular entre diferentes comunidades culturais e instituições sociais, essas formas estão posicionadas hierarquicamente, com o dialeto padrão em posição de domínio, mas sujeito a constante variação devido aos dialetos regionais ou dialetos de grupos, jargões, clichês e slogans, inovações estilísticas, palavras ad hoc e a pura acumulação dos usos anteriores. Qualquer uso da língua é, dessa maneira, um lugar de relações de poder, uma vez que a língua, em qualquer momento histórico, é uma conjuntura específica de uma forma maior dominando variáveis menores (p.24-5).

As reflexões dos autores comprometidos com as concepções de cunho pós-estruturalistas situam a complexidade envolvida na tradução dialetal e contribuem para a construção de um esboço da problemática da tradução de dialetos, uma vez que a tradução de dialetos será o produto de uma estratégia de leitura, que adquire contornos diversos de acordo com a "comunidade interpretativa" para a qual a tradução se dirige, para utilizar o termo de Stanley Fish (1980). Conforme também aponta Aurora Neiva:

A representação dialetal, vista a partir de uma abordagem não logocêntrica da tradução [...], é considerada antes uma questão interpretativa que estritamente lingüística e será tratada de acordo com os objetivos da tradução, a concepção que o tradutor ou a tradutora tem de sua atividade e, enfim, de acordo com as crenças, valores e convenções da comunidade interpretativa do tradutor (1995, p.26-7).

Essa perspectiva amplia as questões levantadas nos trabalhos de Catford, Bor-toni e Tarallo, que centram suas reflexões sobre a tradução dialetal nos planos lingüístico e social. Além disso, reconhecem um papel central da figura do tradutor, na medida em que tradução será o produto de sua leitura, ou seja, o resultado de suas escolhas, que incide mais do que em sentido semântico, mas em significados estéticos, ideológicos e políticos.

Considerações finais

Com este artigo, procurei contribuir para o estudo da relação tradução/socio-lingüística, a fim de que esse vasto campo de estudo seja, cada vez mais, objeto de investigação acadêmica. Essa área de pesquisa é ainda pouco explorada, sobretudo, no Brasil, o que se reflete no próprio arcabouço teórico dos trabalhos tratados neste estudo. O número reduzido de pesquisas na área denuncia a ausência de tradição sobre a questão, ao mesmo tempo em que reforça a necessidade da produção intelectual a respeito desse tema.

O dialeto não é um problema que gera a impossibilidade e constrói uma barreira para a efetivação de uma tradução, mas é parte constituinte do próprio processo tradutório. Se o "problema" da tradução dialetal reside nas diferenças de significados entre as línguas, pode-se afirmar que toda e qualquer tradução traz problemas ao tradutor, na medida em que uma série de diferenças se instaura no momento de se traduzir de uma língua para outra: diferenças de ordem contextual, espacial, temporal, cultural e ideológica, independente do material textual a ser traduzido.

Nesse sentido, concebe-se que a significação de um texto é construída somente por meio de uma leitura e, desse modo, significados ao texto original são atribuídos, e não resgatados, na tradução. O ideal de preservação dos "mesmos" significados de um texto gera a impossibilidade da realização de uma tradução, pois o desejo de que um texto traduzido busque os "mesmos" significados semânticos e sociais do original é irrealizável.

Conclui-se que não se pode conceber a tradução como um produto neutro, imune à história, à ideologia e a interferência do tradutor. Assim, o processo da tradução pode ser comparado a um palimpsesto. Definido por Arrojo (1992) como "o texto que se apaga, em cada comunidade cultura e em cada época, para dar lugar a outra escritura (ou interpretação, ou leitura, ou tradução) do 'mesmo' texto" (p.23-4), o texto traduzido reflete seu comprometimento para com a comunidade interpretativa para a qual o texto é dirigido e que, conseqüentemente, permite outras possibilidades de leitura, diferentes daquelas associadas ao texto original.

Ao considerar a linguagem de um texto literário traduzido sob a perspectiva da sociolingüística, legítima-se um espaço para o estudo e a discussão dessa relação, bem como para a conscientização de que a atividade prática do tradutor pode ser enriquecida com a contribuição da sociolingüística. Desse modo, as discussões sobre os problemas tradicionalmente tratados sobre essa questão, como as "perdas" sofridas pelo original, darão lugar a questões outras que, ao partirem do princípio de que a tradução dialetal, assim como qualquer tradução, será sempre o produto da diferença, trarão real contribuição aos estudos da tradução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROJO, R. As questões teóricas da tradução e a desconstrução do logocentrismo: algumas reflexões. In: _____ (Org.). *O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. Campinas: Pontes, 1992. p.71-79.
- _____. A tradução passada a limpo e a visibilidade do tradutor. In: _____. *Tradução, desconstrução, psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p.71-89.
- BORTONI-RICARDO, S. M. F. Porque a tradutologia precisa do sociolingüista. In: D. de Matos (Ed). *Estudos de Tradutologia 1*. Brasília: Kontakt, 1981. p. 50-67.
- BRANDÃO, S. F. *A geografia lingüística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.
- CATFORD, J. C. *Uma teoria lingüística da tradução*: um ensaio à lingüística aplicada. Tradução do Centro de Especialização de Tradutores de Inglês do Instituto de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. São Paulo: Cultrix, 1980.
- CHAPDELAINE, A.; LANE-MERCIER, G. Traduire les sociolectes: définitions, problèmes, enjeux. *TTR*, Montréal, v. 7, n. 2, p.7-10, 1994.
- CHAPDELAINE, A. Transparence et retraduction des sociolectes dans *The Harriet de Faulkner*. *TTR*, Montréal, v. 7, n. 2, p.11-33, 1994.
- FISH, S. *Is There a Text in this Class? The Authority of Interpretative Communities*. Cambridge: Harvard University Press, 1980.
- GARCEZ, P.M. Diversidade lingüística: considerações para a tradução. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*, Campinas, v. 33, p.59-70, 1999.
- LANE-MERCIER, G. Translating the untranslatable: the translator's aesthetic, ideological and political responsibility. *Target*, Amsterdam, v. 9, n. 1, p.43-68, 1997.
- MOLLICA, M. C. Por uma sociolingüística aplicada. *DELTA*, São Paulo, v. 9, n. 1, p.105-111, 1993.
- NEIVA, A. M. S. 1995. *Native Son in Brazilian Portuguese with a study on dialects and translation*: a nonlogocentric approach. 804p.Thesis (Ph.D.). UMI Dissertation Services, Ann Arbor.
- PRETI, D. Para um aproveitamento sociolingüístico do texto literário. *Tradução e Comunicação*, São Paulo, n. 3, p.7-22, 1983.
- RAJAGOPALAN, K. Traição versus transgressão: reflexão acerca da tradução e pós-modernidade. *Alfa*, São Paulo, v. 44, n.esp., p.123-30, 2000.

- RODRIGUES, C. C. *Tradução e diferença*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- SARIAN, M. C. A tradução e a sociolinguística: um estudo sobre *The color purple* e sua tradução. 2002, 117 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.
- TARALLO, F. Aspectos sociolinguísticos da tradução. *Tradução e Comunicação*, São Paulo, n. 4, p. 91-106, 1984.
- VENUTI, L. The translator's invisibility. *Criticism*, Detroit, v. 28, n. 2, p.179-213, 1986.
- _____. Introduction. In: _____. *Rethinking translation: discourse, subjectivity, ideology*. Londres: Routledge, 1992. p.1-17.
- _____. Heterogeneidade. In: _____. *Escândalos da tradução*. Tradução de Laureano Pelegrin, Lucinéia Marcelino Vilela, Marileide Dias Esqueda, Valéria Biondo. Bauru: EDUSC, 2001. p.21-63.